

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.515.694 - DF (2019/0164663-0)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADOS : MARCELA GOMIDE NETO DE PAULA - DF036957
HENRIQUE FONTANA DE OLIVEIRA - SP324913
CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO - GO030475
AGRAVADO : ELDIMIR PESSOA BARBOSA
ADVOGADOS : RICARDO MAGNO PAULA RAMOS - DF054207
MARCIA SANTOS FRANCO - DF054216

DECISÃO

1. Trata-se de agravo interno interposto por AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A contra a decisão proferida pelo em. Ministro Presidente do STJ, que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial.

A recorrente sustenta que a matéria discutida nos autos não se encontra pacificada no Superior Tribunal de Justiça.

A parte agravada ofertou impugnação (e-STJ fls. 418/427).

É o relatório. Decido.

2. Em face das razões apresentadas, reconsidero e torno sem efeito a decisão de fls. 386/388.

Reexaminando-se, no entanto, as razões recursais, verifica-se que a questão de direito do recurso especial foi afetada à Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015, tendo as decisões de afetação dos REsp 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP delimitado o Tema 1.034, nos termos da seguinte ementa:

"PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

(ProAfR no REsp 1.829.862/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS

Superior Tribunal de Justiça

FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumpra-se destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i) negue-se seguimento* ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou *ii) proceda-se a novo exame* da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator